

EDITORIAL – POLÍTICAS CURRICULARES. DAS DISCUSSÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA (BNCC)

Na contemporaneidade social e política brasileira, os debates educacionais têm sido muito marcados pela busca de definições do que seja o conhecimento, sua relevância, como é produzido e disseminado por intermédio das relações de ensino e aprendizagem que se produzem na escola.

A educação, por sua vez, teria um papel afirmativo e formativo na construção do respeito pela diversidade humana, como fator de integração social e compromissada com a consolidação da cidadania e da defesa dos direitos humanos, fortalecimento das relações étnico-culturais e, também, no seu aprimoramento, elaboração e capacidade organizativa que possam favorecer o seu fortalecimento no seio da sociedade.

Desta sorte, as propostas curriculares emergem crivadas pelas discussões, não apenas em torno do que está prescrito ou experimentado, do que é oculto ou ensinado e dos métodos para esse fim; mas também com o objetivo de compreender os processos de formação social, o significado de colaborar com a construção de uma escola democrática, com autonomia, e a solidariedade no horizonte de sua presença histórico-social.

Ocorre que, na contramão da afirmação desses princípios, o atual mandatário do país representa, objetivamente, uma tentativa de se impor uma profunda reforma institucional e educacional no Brasil. Desprovido de quaisquer legitimidades, políticas e sociais, mas provido de interesses inconfessáveis, o governo Temer rompe deliberadamente com o percurso dos debates, encontros e audiências públicas sobre as questões educacionais que vem sendo percorrido desde 1988, com a aprovação da Constituição do país.

Trazendo fortes ataques aos postulados da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as decisões e encaminhamentos dos governistas tendem a fragmentar ainda mais o conjunto dos estudantes conforme a sua origem social e a enfraquecer a sua formação humanística, eliminando a

obrigatoriedade do ensino de sociologia, de filosofia, de artes e de educação física da matriz curricular.

A emergência e o caráter nevrálgico dessas discussões nos remeteram à organização do dossiê temático versando sobre políticas curriculares, com as discussões sobre a construção da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC). O objetivo foi debater e contribuir com a difusão da produção de políticas educacionais contemporâneas, destacando as teses, os fundamentos e as diretrizes dessas políticas, bem como as instituições, tanto públicas como privadas, atuantes no processo de formulação, implementação e discussão pertinentes à construção da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC).

Nunca é demais lembrar, como se procura mostrar no dossiê do presente número, que a BNCC, documento que vinha sendo elaborado em decorrência mais imediata das determinações do Plano Nacional de Educação, tem por finalidade precípua estabelecer os objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento que devem servir de referência fundamental na configuração das propostas formativas da escola básica, a serem expressas nos projetos pedagógicos e nos currículos das instituições escolares. De um lado, espera-se que ela produza e explicita aqueles princípios educacionais que assegurem uma base comum para a educação nacional ao mesmo tempo em que abra espaço para a inclusão de componentes formativos relacionados às características e demandas culturais específicas das diversas regiões do país.

O açodamento do governo em reformular, mediante Medida Provisória, o ensino médio, ao inverter a ordem lógica e pedagógica das discussões, deixa transparecer ameaça de suspensão da própria tramitação da BNCC, já que esse encaminhamento traduz a posição de que ela seria dispensável como alicerce das mudanças nos diversos níveis do ensino básico. O presente dossiê reafirma o valor e o papel imprescindível do referido documento e espera fornecer subsídios analíticos e reflexivos para construção coletiva e democrática, para cuja continuidade também expressa incisivo compromisso das autoridades responsáveis.

Os artigos e os autores que o constituem, são os seguintes: Educação profissional no contexto das reformas curriculares para o ensino médio no Brasil, de Ivanete Bellucci Pires de Almeida e Sueli Soares dos Santos Batista; A primeira e segunda versões da BNCC: construção, intenções e

condicionantes, de autoria de Marcos Garcia Neira, Deberson Ferreira de Almeida e Wilson Alviano Júnior; Construção de significados e legitimação de discursos: o currículo da rede estadual de ensino de São Paulo, de Celso Carvalho; A BNCC no contexto de ameaças ao estado democrático de direito, de Hilda Aparecida Linhares da Silva Micarello; Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil: entre desafios e possibilidades dos campos de experiência educativa, de Márcia Buss-Simão e Luciane Pandini-Simiano; BNCC, componentes curriculares de história: perspectivas de superação do eurocentrismo, do professor Astrogildo Fernandes Silva Júnior; Aventura e educação na Base Nacional Comum, de Dimitri Wuo Pereira, Vinicius Feitoza Sampaio dos Santos e Antonio Joaquim Severino.

A consecução do dossiê Políticas curriculares. Das discussões sobre a construção da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC) contou com o estímulo e o apoio acadêmico decisivo do professor Celso Carvalho, titular do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, do Departamento de Educação, da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), a quem registramos os nossos sinceros agradecimentos.

A seção de artigos foi composta com as seguintes contribuições: Bullying e práticas escolares: adaptar ou emancipar?, de Jorge Luis Cammarano González; Pensar, falar e escutar: a aula entre a filosofia e a educação, de Paula Ramos de Oliveira, Denis Domeneghetti Badia e Ivan Fortunato; A educação sociocomunitária: reflexões sobre o educar para a autonomia, de Maria Luísa Bissoto; Qualidade, eficiência e avaliação docente: uma nova pedagogia flexível?, de Renan Araújo e Helen Cristina Oliveira; Juventude e participação social: concepções que orientam ações e políticas para os jovens brasileiros, de Aldimara Catarina Delabona Boutin e Simone de Fátima Flach; Ensino religioso e a formação do ser humano na perspectiva da interculturalidade, de Eliane Ludwig, e, no fechamento do volume, Ciências sociais e humanas, ciências da educação e filosofia da educação: achegas para uma leitura cruzada, de Adalberto Dias Carvalho.

Boa leitura a todos!

Antonio Joaquim Severino

Carlos Bauer

